

A educação física nas classes especiais das escolas públicas de Presidente Prudente

Paulo Celso Nogueira
Paulo Roberto Brancatti

Como citar: NOGUEIRA, P. C.; BRANCATTI, P. R. A educação física nas classes especiais das escolas públicas de Presidente Prudente. *In:* MANZINI, E. J.; BRANCATTI, P. R. (org.). **Educação Especial e Estigma:** corporeidade, sexualidade e expressão artística. Marília: Unesp Marília Publicações, 1999. p. 77-94. DOI: <https://10.36311/1999.978-85-86738-07-7.p77-94>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS CLASSES ESPECIAIS DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE PRESIDENTE PRUDENTE¹

Paulo Celso NOGUEIRA²

Paulo Roberto BRANCATTI³

Versando sobre o tema

A prática pedagógica tradicional raramente se preocupa com as diferenças. A padronização metodológica em vez de simplificar a educação, acaba criando entraves, pondo em evidência as diferenças individuais e grupais.

A educação da criança deficiente tem como meta os mesmos objetivos determinados para a criança não-deficiente. Para que isso realmente aconteça, faz-se necessária uma educação especial que ofereça oportunidades de desenvolvimento e acesso a conhecimentos sistematizados, com recursos educacionais diferentes, ou melhor, dizendo específicos. Desta forma a criança que tem necessidade especial de educação atingirá as mesmas metas de uma criança dita normal.

A expressão 'Educação Especial' engloba, atualmente, todos os serviços, procedimentos e instituições que se dedicam ao indivíduo tido como excepcional. Tem assim um sentido que, incluindo a educação escolar, vai além dela, nos campos de reabilitação física, estimulação e preventiva e áreas afins. (Ferreira, 1995, p. 17)

O processo educativo que contempla a população dos deficientes apresenta uma série de ambigüidades e impedimentos para uma trajetória mais

¹ Trabalho de pesquisa apresentado ao Curso de Especialização em Educação Especial - Unesp - Campus de Presidente Prudente - Apoio CAPES (1997-1998).

² Professor de Educação Física da Rede Pública Estadual

³ Docente do Departamento de Educação - Faculdade de Ciências e Tecnologia - Unesp - Campus de Presidente Prudente.

favorável ao atendimento institucional para portadores de necessidades educativas especiais.

As barreiras enfrentadas pelos pais de deficientes em idade escolar são complexas, merecendo um estudo mais aprofundado.

As instituições especializadas lutam com a falta de recursos financeiros, debatendo-se com a preocupação de integrarem os deficientes a estrutura social, na tentativa de oferecer a dignidade do ser humano condutor do próprio destino, dentro das limitações que todos nós possuímos.

As escolas públicas não possuem vagas nem recursos humanos especializados suficientes para estar atendendo a demanda da clientela que vai ficando à margem, por ser portadora de deficiência e por ser pobre.

Um jovem de 18 anos vive como animal dentro de uma jaula no povoado de Moendas de Dentro, em Salgado(SE) [...] O problema é que não existem hospitais na região, muito menos atendimento especializado. Até na capital os recursos são praticamente inexistentes “. (Revista ISTO É, 10/06/98, p. 46-47).

Nas comunidades mais carentes e desinformadas, a visão que se tem sobre os deficientes nos faz retroceder a um momento negro da história da humanidade, quando a deficiência numa concepção mística, era tida como castigo dos deuses e os portadores de anormalidades eram segregados e ou eliminados.

Atualmente, o conceito de deficiência está intimamente ligado ao modelo social e econômico predominante, em decorrência do selecionamento dos indivíduos economicamente produtivos.

Só modernamente, sobretudo com ‘o boom’ científico que dominou o mundo, a partir das duas guerras mundiais, a necessidade das modernas sociedades em aumentar o rendimento com a diminuição do investimento e sustentar elementos não produtivos, houve uma preocupação nas descobertas de métodos que visassem uma reintegração social do deficiente e, na medida do possível torná-lo um fator de produção para a sociedade. (Rosadas, 1986, p. 3)

Seguindo esta tendência os educadores voltaram-se para estudos com a preocupação de desenvolver uma metodologia que vá de encontro com as necessidades educacionais desta população. Surge assim a educação física como um dos meios para a recuperação e a integração dos indivíduos portadores de necessidade educativa especial.

Sabemos do déficit e da necessidade do profissional neste campo de atuação e a dificuldade em adquirir conhecimentos específicos nesta área. Para que o processo educacional efetivamente se efetue é condição indispensável um embasamento teórico-prático, obtendo conhecimentos objetivando um melhor desenvolvimento do ensino.

As instituições universitárias não oferecem, ou poucas oferecem ao profissional de Educação Física, saberes relativos a problemáticas que envolvem os indivíduos portadores de deficiência, e quase não contemplam em seus currículos, conteúdos de Educação Física adaptada para deficientes.

Esta lacuna curricular reproduz o segregacionismo frente às minorias pressionadas pelo sistema de produção em vigor que dita a normalidade, dificultando o espaço para as discussões, não incentivando a integração e nem oferecendo condições facilitadoras para encurtar a barreira das diferenças.

A Educação Física constituindo em uma disciplina com um conjunto de conhecimentos e atividades específicas, capaz de contribuir eficientemente para o aprimoramento do homem como um ser integral possuidor de corpo e alma, é um instrumento muito importante para a reabilitação e integração da pessoa deficiente.

Sendo imprescindível para um melhor desenvolvimento do portador de deficiência, a Educação Física por esta razão, está incluída nos projetos do processo educacional que visa o atendimento aos deficientes.

A educação física tradicional e as tendências atuais

Nos últimos anos o momento histórico tem consagrado o corpo como instrumento de produção, como mercadoria e fonte de prazer, considerando tão

somente a estrutura anatômica observável em detrimento da sua objetividade, do *eu* intelectual presente no interior da matéria.

Essa tendência dá valor à função mecânica do movimento, estruturada no sistema de produção capitalista vigente e decreta a coisificação do homem. É nesse panorama que a Educação Física veio se afirmando, onde o corpo é mero cumpridor de comandos, executando movimentos repetitivos visando o rendimento, a produção e uma plasticidade estética corporal, não dando ênfase à participação do indivíduo como agente criador da realidade concreta na qual está inserido.

A prática da Educação Física esteve sempre presente na vida dos povos. Na Antigüidade era praticada de maneira natural e instintiva, através de saltos, corridas, lançamentos, etc...

Os exercícios físicos eram realizados em cerimônias religiosas, em funerais e nos treinamentos de guerreiros. Na Grécia era tida como forma de Educação dos jovens. Pouco praticada na Idade Média ressurgiu como forma de Educação na Idade Contemporânea. Segundo Gonçalves (1994), temos que:

... educação é a prática pela qual se pretende atuar sistematicamente sobre os indivíduos e grupos sociais, com a intenção de possibilitar a formação de sua personalidade e sua participação ativa na sociedade. (Gonçalves, 1994, p.118)

No Brasil, embora com a carga do preconceito inicial, quando a execução de atividades físicas era relacionada com o trabalho escravo, a necessidade da Educação Física foi se firmando e introduzida nas escolas. De início se baseava nos princípios higienistas e eugenista, posteriormente, com forte cunho militarista, nos métodos europeus.

A eugenia, segundo Betti (1991) visa o melhoramento genético, das virtualidades inatas, valendo-se de medidas como o exame pré-nupcial, a proibição do casamento de consangüíneos e até mesmo a esterilização, para impedir a procriação dos tipos considerados "inferiores" - os delinquentes, os imbecis, os débeis mentais.

Com o processo de industrialização e urbanização, na década de 30, tem outra finalidade: preparar o operário como força de produção, assegurando o vigor físico, preparando-se para uma nova jornada de trabalho, na substituição do modelo econômico agrário exportador por um urbano industrial.

Na constituição de 1937, é incluída como prática educativa obrigatória. Essencialmente o exército foi quem difundiu a Educação Física nas décadas de 30 e 40, e foram os militares os primeiros professores de Educação Física. Em 1956 é consolidada a prática da Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, ficou determinada a obrigatoriedade para o ensino primário e médio. É introduzido o método Desportivo Generalizado e o esporte passa a ter ênfase cada vez maior nas aulas de Educação Física.

Com a influência da tendência tecnicista a Educação Física em 1968, com a lei 5.540, e, em 1971, com a lei 5.692, é considerada como atividade prática, enfatizando o desempenho técnico e físico do aluno. Esta mesma lei em seu artigo 9º. previa "... tratamento especial aos excepcionais", através de procedimentos especializados, que visam superar as limitações e ou as deficiências do indivíduo, não contempladas em situações normais de ensino.

Na década de 80, a fórmula voltada para a performance técnica e física passa a ser discutida e posta em check. Com a realização de estudos, seminários, congressos, publicações, o fio condutor passa a ser o desenvolvimento psicomotor do aluno.

A psicomotricidade, afirma Bouch (1995, p. 17), "... apóia-se na experiência corporal e mental vivenciada pela pessoa no seu confronto com o mundo dos objetos e das pessoas".

A visão do homem biológico é ampliada, os objetivos educacionais não se preocupam somente com a formação de um corpo mecanicista e higienista, permite ultrapassar os limites do organismo humano elegendo também os aspectos afetivos, psicológicos, sociais e cognitivos.

A lei no. 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 20 de dezembro de 1996, enuncia no artigo 26, parágrafo 3º, que

a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se as faixas etárias e as condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.

Essa lei, sendo liberal, proclama os aspectos individuais e particulares do educando e de cada escola, a integração ao projeto pedagógico, mas não garante e nem dá suporte para o que está escrito seja realmente a prática. Haja vista as últimas medidas tomadas pelos tecnocratas da educação contraditórias aos próprios textos legais, afastando o profissional de Educação Física das séries iniciais, diminuindo neste ano de 1998, a carga horária destinada às aulas de Educação Física, e com a desobrigação das aulas no curso noturno, o resultado prático obtido é a exclusão da Educação Física para este turno das escolas, discriminando assim o aluno trabalhador.

Essa mesma lei no seu artigo 4º, parágrafo III assegura “atendimento educacional especializado gratuito ao educando com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”, mais uma vez a lei incorre na contradição quando afirma igualdade de condições ao não contemplar também com o professor habilitado, as aulas de Educação Física previstas no currículo escolar e no Projeto Pedagógico, o educando com necessidades especiais de educação das Classes Especiais, ficando as aulas de Educação Física a cargo do professor da classe.

Não queremos afirmar a incapacidade do professor da classe em estar trabalhando com Educação Física e nem que o profissional da área esteja bem preparado para atuar com este aluno, mas é fato que o professor da classe possui poucos conhecimentos específicos relativos a Educação Física, enquanto o professor de Educação Física possuindo um embasamento teórico-prático atingirá de forma mais verdadeira o respectivo objetivo educacional a serem atingidos.

A realidade da Educação Física atual está longe de se aproximar do pensamento dos estudiosos, com toda a problemática que permeia a sua prática, ela continua sendo conduzida de forma convencional.

Segundo Medina (1983, p. 78) a Educação Física convencional é “... um conjunto de conhecimentos e atividades específicas que visam ao

aprimoramento físico das pessoas”. Essa visão não leva em conta os aspectos psicológicos e sociais do indivíduo, entende Educação Física como educação do físico e promotora da saúde biológica.

A educação física continua assumindo um caráter de elitização, contemplando o esporte institucionalizado, do qual deverá o aluno obter o máximo de rendimento produtivo e habilidades técnicas.

Como diz Santim (1987, p. 38) “... a educação física parece assumir mais um caráter de treinamento ou adestramento do movimento corporal, mais do que propriamente uma educação física humana”.

Neste sentido o aluno que desponta como atleta em potencial é conduzido para as turmas de treinamento e todos os esforços são concentrados na *educação do movimento* visando obter a vitória no campeonato escolar, por exemplo. Esta ação tem um resultado palpável mais imediato e porque não, uma realização profissional do professor, em prejuízo das experiências e dos objetivos educativos que proporcionariam uma vivência plena da corporeidade.

Essa modalidade prática da educação física exclui os alunos menos habilidosos e os portadores de deficiências que ficam a margem do pleno processo educativo. Quando as aulas eram ministradas em período adverso às demais disciplinas, este aluno não as freqüentava, apresentava atestado de incapacidade física para exercer as atividades propostas nas aulas. Atualmente, na maioria das escolas de ensino fundamental, as aulas de educação física estão inseridas no período normal do horário escolar, permitindo ao aluno deficiente a possibilidade de superar o isolamento e integrar-se ao grupo durante as atividades físicas/esportivas.

Medina (1983) aponta outras duas concepções de educação física, a ‘Modernizadora’ e a ‘Revolucionária’. A modernizadora considera a educação física como uma educação através do movimento, fundamenta-se nas diversas ciências, considera os aspectos biopsicológicos em função da integração social. Já a concepção ‘Revolucionária’ vai ao encontro das tendências progressistas, que têm como objetivo transformar o estabelecido socialmente. Ela é tida como forma de luta, promovendo o desenvolvimento e a mudança da personalidade humana

em todos os aspectos, a integração do meio social, visando adquirir uma consciência política que liberta do cárcere imposto pelo sistema dominante.

Concordamos que a Educação Física escolar tenha avançado graças as intermináveis buscas dos abnegados estudiosos, mas é preciso fazer chegar de uma forma mais concreta esse conhecimento até o professor para que ele possa melhorar a sua prática pedagógica.

O profissional professor de Educação Física continua trabalhando baseado na tendência Desportiva da Educação Física, colocando à margem aqueles que não se encaixam dentro de um padrão esperado.

A modificação de postura só será possível em uma plenitude quando a própria sociedade perceber o indivíduo como um ser integral. A Educação Física independente da sua linha de ação tem uma função primordial para conscientizar o homem do seu papel de criador do próprio destino e transformador do contexto social e não um mero reprodutor de gestos e atitudes.

Com o surgimento de novas abordagens para a Educação Física e a conseqüente ampliação do seu campo de ação, as suas origens mais tradicionais vão sendo superadas e novos campos de atuação vão se evidenciando. Nesse sentido a Educação Física contempla também os portadores de deficiência e surge assim a Educação Física Especial e/ou Adaptada.

A participação da pessoa deficiente nas aulas de Educação Física pode lhe oferecer inúmeros benefícios, como o aumento da auto estima, o desenvolvimento das capacidades afetivas, a oportunidade de integração social, já que este indivíduo não é muito exposto, seja por preconceito ou vergonha.

Antes de tudo é imprescindível estar avaliando as possibilidades e os limites das capacidades deste aluno, para estarmos adotando procedimentos que vão de encontro as reais necessidades exigidas para cada indivíduo.

Também é de suma importância que o orientador das atividades possua conhecimentos sobre a deficiência com a qual vai trabalhar, para criar situações e adequações, levando em conta as particularidades do educando. É

condição indispensável que providências sejam tomadas, com a finalidade de evitar possíveis perigos que possam vir a provocar danos ou seqüelas.

A prática da Educação Física pode possibilitar um maior envolvimento do deficiente com as outras pessoas, favorecer o conhecimento de si próprio, a afirmação como ser humano digno de respeito e merecedor de espaço no mundo das relações econômicas e sociais.

Ouvindo os Professores

O trabalho foi realizado em três circunstâncias:

A - Levantamento das escolas públicas com classes especiais;

B - Elaboração de questionários como roteiro de entrevista, contando com dez questões, aplicadas a cinco professores de Classes Especiais das escolas públicas de Presidente Prudente;

C - Análise e discussão dos resultados, onde procuramos verificar:

c1) Se as Classes Especiais possuem aula regular de Educação Física com programação sistematizada e quem desenvolve este trabalho; c2) A importância da Educação Física para as Classes Especiais; c3) Se a Educação Física adaptada constava no currículo na formação profissional dos professores das Classes Especiais; c4) Se existe material de apoio e quais as dificuldades encontradas; c5) A participação dos alunos e quais as outras atividades realizadas.

Ao conhecermos esta realidade, constatando que as aulas estão sendo realizadas um tanto quanto de afogadilho pelos professores das Classes Especiais e a contento pelos alunos estagiários da Unesp, questionamos: Qual é o nível de trabalho que está sendo realizado e porquê estas aulas não são oferecidas ao profissional professor de Educação Física?

Primeiramente fizemos um levantamento junto a Delegacia de Ensino de Presidente Prudente, para conhecermos o universo das escolas com Classes Especiais que realizam o atendimento para educandos com necessidades especiais.

As escolas encontradas foram as seguintes: EEPG. “Profa. Carmem Pereira Delfim” (01 Turma de Deficientes Físicos), EEPSC. “Profa. Francisco de Almeida Góes Brandão” (02 Turmas de Deficientes Auditivos), EEPG. “Profa. Maria Luiza Formozinho Ribeiro” (03 Turmas de Deficientes Visuais), EEPG. “Prof. Adolpho Arruda Mello” (01 Turma de Deficientes Mentais) e EEPG. “Prof. João Sebastião Lisboa” (01 Turma de Deficientes Mentais).

A pesquisa foi realizada em quatro escolas públicas com Classes Especiais e em uma com sala de recursos, todas situadas na cidade de Presidente Prudente, com consentimento prévio da direção dessas unidades escolares ao serem contatadas pessoalmente.

Partindo do fato que nenhuma escola estadual de Presidente Prudente possui o professor de Educação Física trabalhando com alunos portadores de deficiência, a investigação foi realizada com o professor da classe. Todas as cinco entrevistadas são do sexo feminino, com idade variando entre 23 a 47 anos, habilitadas e com tempo de exercício variando de cinco até 18 anos de atuação profissional.

Foi elaborado um roteiro de entrevistas com função documentária, utilizando um gravador portátil para coletar as informações pessoalmente, com o propósito de armazenar os dados. Posteriormente foi efetuada a transcrição literal das entrevistas para a linguagem escrita, para melhor analisarmos os conteúdos existentes e fazer as comparações necessárias.

Utilizamos o roteiro de entrevistas e não um questionário simples, por percebermos que este instrumento seria mais adequado ao nosso propósito, pois o contato direto entre o sujeito e o pesquisador enriquece muito a quantidade das informações e a compreensão das questões formuladas. Uma expressão, um movimento realizado com as mãos, etc... contribui de maneira positiva à avaliação das respostas apresentadas.

Na EEPG “Profa Carmem Pereira Delfim” chegamos no período da tarde. Procuramos pelo Diretor da escola que nos atendeu, pondo-se a disposição para qualquer informação, permitindo o livre acesso no interior do prédio da escola e à classe especial, bem como na realização da entrevista.

No momento estipulado, apresentou-nos a professora da classe, informou-a sobre o conteúdo da entrevista e deixou-nos à vontade para a realização da entrevista.

Na EEPG “Profa. Francisca de Almeida Góes Brandão”, a professora concordou em ser entrevista fora do ambiente escolar, no horário do trabalho pedagógico (HTPC). No dia seguinte, dirigimos até a escola e após termos sido autorizado pelo diretor, realizamos a entrevista no interior da sala dos professores do período da tarde.

Na EEPG “Profa. Maria Luiza Formozinho Ribeiro” não foi possível encontrar a Diretora e nem os professores da sala de recursos que não se encontravam no período da tarde. Retornei no mesmo dia à noite e consegui falar com a Vice-diretora, explicando meu intuito. Ela informou na necessidade da autorização da Diretora e que a entrevista poderia ser realizada no dia seguinte. Na entrevista concedida, a professora desta escola, foi a que mais falou sobre as questões levantadas.

Na EEPG “Prof. Adolpho Arruda Mello”, no período da tarde, conversamos com a Vice-diretora que exigiu um documento de frequência do curso de especialização para efetuarmos a entrevista com a professora da classe especial. De posse do documento exigido, retornamos no dia seguinte para a realização da entrevista. Concedendo um momento para ser entrevistada, a professora respondeu as questões rapidamente parecendo estar com pressa em retirar-se.

Na EEPG “João Sebastião Lisboa”, foi contatada a professora da classe especial em oportunidade externa ao ambiente da mesma, deixando-nos à vontade para realizar o trabalho, indicando o melhor horário para estarmos na escola.

Análise e discussão dos resultados.

Para detectar como está sendo conduzida a prática da educação física nas classes especiais das Escolas Públicas de Presidente Prudente, confrontamos

os professores dessas classes com os questionários. As respostas seguem as seguintes seqüências: 1) EEPG “Profa. Carmem Pereira Delfim”; 2) EEPG “Profa. Francisca de Almeida Góes Brandão”; 3) EEPG “Profa. Maria Luiza Formozinho Ribeiro”; 4) EEPG “Prof. Adolpho Arruda Mello” e 5) EEPG “Prof. João Sebastião Lisboa”.

2) Sua classe tem aulas regulares de Educação Física?

- 1) Não, não tem. Eu realizo algum trabalho que envolve educação física.
- 2) Tem aulas duas vezes por semana.
- 3) Temos, porque no período da tarde, temos os estagiários da Unesp.
- 4) Não. Eu realizo algumas atividades às vezes.
- 5) Tem. Tem atendimento feito pelos professores da Unesp

Constata-se que todas as escolas possuem aulas de educação física para os alunos das classes especiais, mas quando as professoras discorrem sobre as atividades realizadas, observa-se que este trabalho é realizado mais num sentido recreativo do que propriamente educação física. Tomemos como exemplo o que diz a entrevistada no. 1 “Eu realizo algum trabalho que envolve educação física...”.

Constata-se também que em algumas escolas possuem estagiários do curso de educação física da Unesp de Presidente Prudente.

1) É desenvolvida uma programação sistematizada em educação física adaptada na classe em que você trabalha?

- 1) É desenvolvido sim, inclusive no currículo consta.
- 2) É, o trabalho que faço com as crianças está no meu planejamento.
- 3) Sim tem, fica a cargo do professor da Unesp.
- 4) Não, as atividades que realizo são mais de uma forma recreativa e não tem uma certa periodicidade.
- 5) É desenvolvido, porque tem estagiários da Unesp.

Verifica-se que a programação sistematizada é confundida com o constar no currículo e no planejamento, sem dar ênfase à prática pedagógica.

Confirma-se também o já observado no item anterior, relativo a participação da Universidade em estar desenvolvendo atividades de educação física em algumas classes especiais da cidade.

3) Quem desenvolve este trabalho?

- 1) O professor da própria classe.
- 2) A professora da classe, e as alunas da Unesp.
- 3) Estagiários da educação física da Unesp.
- 4) O professor da classe.
- 5) O professor da classe e estagiários da Unesp.

As respostas versaram sobre a participação de estagiários da educação física em algumas escolas, enquanto que outras, as próprias professoras se encarregam das aulas.

4) Você considera que a educação física é importante para as turmas de classe especial? Por que?

- 1) Muito... É fundamental, mesmo porque ajuda no desenvolvimento motor da criança com paralisia cerebral.
- 2) Tudo que é preciso desenvolver, a coordenação... Tudo eu trabalho na educação física.
- 3) A educação física vai criando conceitos do próprio corpo como um todo.
- 4) Sim... As atividades de educação física são necessárias para uma melhor conscientização do próprio corpo, domínio das relações espaços temporais, etc...
- 5) Facilita o nosso trabalho por que muitos conceitos. Alguns pré-requisitos para alfabetização são desenvolvidos "na sala" e "nas aulas de educação física".

É consenso entre os professores que a educação física é muito importante no ensino para os deficientes.

Como podemos perceber nas falas dos professores pesquisados, a educação física é fundamental para que os alunos, através de experiências

vivenciadas, portanto concretas, possam adquirir conceitos, habilidades e atitudes que se constituem em pré-requisitos para o processo de ensino aprendizagem.

5) Na sua formação profissional a educação física adaptada constava no currículo?

- 1) Não, infelizmente não.
- 2) Não, falava de educação física, mas não própria pra deficientes.
- 3) Não. A parte de educação física nós não tivemos.
- 4) Não. Não tivemos nada relativo a educação física para deficientes.
- 5) Não.

Comprova-se nesta questão, que nenhuma professora teve algum conhecimento sobre a educação física adaptada na sua formação profissional, afirmando que não tiveram nenhuma disciplina específica que tratasse dessa questão ou que se preocupasse com determinados conteúdos.

6) Conta com material de apoio para as aulas de educação física? (bolas, cordas, colchão, banco etc...).

- 1) Isso eu tenho, materiais nesse sentido.
- 2) Tem tudo isso. Só não tem material adaptado.
- 3) Sim. São poucos os materiais que eu tenho.
- 4) Sim, só não tenho banco suco.
- 5) Sim.

Considerando-se que o material usado para a educação física para deficientes é o mesmo para os ditos normais, não é por falta de material que as aulas não são realizadas, pois todas as escolas possuem materiais e é importante frisar também que as aulas de educação física podem ser oferecidas e trabalhadas sem nenhum material, utilizando apenas o corpo e suas possibilidades de exercícios.

6) Quais são as dificuldades encontradas?

- 1) Teria que haver um profissional preparado.
- 2) Não tenho nenhuma, as crianças tem muitas dificuldades.
- 3) Falta de subsídios. Os alunos também sentem assim um pouco de dificuldade.

- 4) Falta de preparo.
- 5) Nenhuma.

A falta de preparo dos professores e o comprometimento motor dos alunos sobressaiu-se neste tópico, ressaltando a importância e necessidade do professor habilitado em estar trabalhando com as turmas.

8) Quanto à participação do aluno, você concluiria que é boa, razoável ou insatisfatória?

- 1) Razoável
- 2) Boa, eles participam bastante.
- 3) Boa, porque eles amam.
- 4) Boa, quando era possível utilizar a quadra, eles sempre participavam.
- 5) Boa, todos participam e gostam.

Pela sua importância para o desenvolvimento do educando, a educação física não pode ser conduzida de forma assistemática, improvisada e ocasionalmente. Deve ser planejada de maneira cuidadosa, equilibrada, garantindo os resultados desejados.

Nesta questão ficou claro o entusiasmo com que os alunos participam das atividades. Ela é participante ativa e construtora de sua própria aprendizagem através das atividades propostas, justificando que as aulas são bem conduzidas.

9) Aponte outras atividades realizadas com os alunos de sua classe:

- 1) Algum tipo de brincadeira, joguinhos educativos, qualquer tipo de jogos a gente realiza no pátio.
- 2) Temos teatro, geralmente no final do ano tem danças. Nas festas juninas eles dançam quadrilhas.
- 3) Temos o conjunto musical "Raio de Luz", levo para passeios, também A.V.D. e preparação de material de modo geral.
- 4) Passeios, participam de quadrilhas.
- 5) Apresentações em comemorações, participação em festas juninas e saem para ir ao cinema.

Esta questão nos revela que outras atividades são realizadas, no sentido de estar ampliando as situações de aprendizagem e de socialização no ambiente escolar e fora do mesmo, com os alunos deficientes.

Assim, podemos afirmar que os conteúdos a serem abordados pela criança deficiente e a não deficiente são iguais. O mesmo podemos dizer das finalidades, mas esta afirmativa não pode ser relacionada aos meios. Os métodos precisam ser adaptados as reais necessidades do educando tido como especial, para uma eficaz aquisição da aprendizagem.

As aulas são realizadas em todas as escolas investigadas. Às vezes de uma forma precária pelos professores de classe e por outras realizadas com eficiência e freqüência, quando observamos a intervenção dos alunos estagiários de Educação Física da Unesp⁴.

Resultados e conclusão

As análises revelaram que todas as escolas que tem classes especiais na cidade de Presidente Prudente contemplam a disciplina de educação física. Para constatar isso, não foi preciso despende esforços, pois ao adentrarmos às escolas visualizamos o horário exposto, onde as disciplinas estão distribuídas, verificando a presença da educação física na grade curricular.

Como não bastasse esta prova visual, o meu interesse profissional como professor, ao iniciar este estudo foi retratar a real situação da realidade prática da educação física para deficientes.

Constatamos uma aula conduzida de forma recreativa, porque os professores da classe estão poucos preparados para enfrentar uma situação na

⁴Este é um programa desenvolvido pela Disciplina de Prática de Ensino em Educação Física, que visa dar oportunidades às pessoas deficientes que freqüentam as escolas com classes especiais e salas de recursos. Em 1998, o programa atendeu 40 pessoas entre crianças, adolescentes e adultos.(d.v. d.m. d.a).

qual não foram preparados. Sentindo necessidades de subsídios e métodos em como trabalhar as aulas de educação física para crianças deficientes.

Estes profissionais revelaram-se incapazes para conduzirem as aulas de educação física, apesar de demonstrarem conhecimento do conteúdo específico, pesquisando livros e buscando orientações com profissionais especializados, nenhum professor da classe especial e também o da sala de recursos, teve conhecimento prévio da área e sentem dificuldades em ministrar estes conteúdos. Fica claro que a maior dificuldade dos professores é a adaptação dos métodos às necessidades especiais do indivíduo deficiente.

Ficou constatado também, que as aulas realizadas de forma a atingir os objetivos educacionais para as pessoas com necessidades educativas especiais, são conduzidos pelos estudantes de educação física da Unesp Campus de Presidente Prudente, destacados em entrevista conforme relatos anteriores. O programa da Universidade tem como finalidade a formação profissional nesta área da educação física especial tão carente em nossa região.

Os depoimentos apresentados nos permitem concluir que a educação física é fundamental para que os educandos especiais possam realizar experiências concretas de aprendizagem e também ter benefícios terapêuticos, recreativos e de lazer, adquirindo conceitos, habilidades e atitudes, não só para melhor aquisição do ensino, como também para uma melhor qualidade de vida.

Partindo do fato de que todo educador necessita de fundamentação teórico-prático e o avanço das pesquisas na área da educação especial, torna-se necessária a instalação de mais cursos de habilitação em educação especial, para que mais educadores tenham acesso às metodologias aplicadas à educação do deficiente e a problemática conceituais que envolvem estas pessoas, contribuindo para uma mudança de mentalidade dos educadores, ao conhecer as características da população tida como deficiente, melhorando a sua capacidade de avaliação das necessidades específicas de educação de que carecem os alunos.

Desta maneira, deve-se encurtar as barreiras existentes nas inter-relações pessoais dentro da escola, valorizando o indivíduo em sua totalidade,

proporcionando condições favoráveis à integração e a oportunidades de êxitos educacionais e sociais.

É importante ressaltar mais uma vez a necessidade do professor habilitado para ministrar aulas de educação física especial, pois sendo ele possuidor de conhecimentos específicos da área, terá melhores condições de elaborar as atividades necessárias às pessoas que tem alguma deficiência.

Finalmente, nas aulas de educação física, as pessoas tendem a ser alegres, descontraídas, espontânea, o que favorece a boa relação entre eles e possibilita o despertar da conquista do seu espaço na sociedade.

Bibliografia

- BETTI, M. *Educação física e sociedade*. São Paulo: Movimento, 1991.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental *Parâmetros curriculares nacionais: Educação física*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. São Paulo: Editora do Brasil, 1996.
- FERREIRA, J. R. *A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência*. 3. ed. Piracicaba: UNIMEP, 1995.
- GONÇALVES, M. A. S. *Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação*. Campinas: Papirus, 1994.
- MARCO, A. de. *Pensando a educação motora*. Campinas: Papirus, 1994.
- MELLO, R. A de. *Educação física: revisão crítica e perspectiva*. Maringá.
- ROSADAS, S. C. *Educação física para deficientes*. Rio de Janeiro: Atheneu, 1996.
- SANTIN, S. *Educação física: uma abordagem filosófica da corporeidade*. Juí: Unijuí, 1987.
- TEIXEIRA, H. V. *Educação física e desportos*. São Paulo: Saraiva, 1995.